



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 1105

00014 ETIQUETA

DATA
22/03/2022

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.105, de 2022

AUTOR
Dep. André Figueiredo

Nº PRONTUÁRIO

TIPO

1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 (X) ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA

ARTIGO

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

Inclua-se na Medida Provisória o seguinte art. 2º-A:

“Art. 2º-A – Ficam revogados os parágrafos 3º, 4º, 5º e 6º do art. 20-D da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990”

JUSTIFICATIVA

O sistema bancário vem cobrando juros extorsivos para emprestar recursos com garantia em valores depositados no FGTS. Esse mecanismo serve unicamente para enriquecer os bancos e empobrecer o seu real proprietário, o trabalhador que é o titular dos recursos.

Entendemos que, se o objetivo é que os trabalhadores tenham acesso ao FGTS, esse deve ser realizado por meio da liberação direta, não pela utilização desses valores em garantia a empréstimos, com juros cobrados em valores infinitamente maiores que a remuneração do FGTS.

Deputado André Figueiredo – PDT/CE

Brasília, 22 de março de 2022



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. André Figueiredo
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD229706970100>

CD/22970.69701-00

exEdit
CD229706970100